

# Pamplona

## 75 anos

ESPECIALISTA EM CARNE SUÍNA

*Pamplona 75 anos.*

Carne suína tem sobrenome



## Relatório Anual 2023





## Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	27
DIRETORIA EXECUTIVA	27
CONTADOR	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
UNIDADES	31



## Relatório da Administração 2023

A Pamplona Alimentos S.A. consolida, neste Relatório da Administração e em suas Demonstrações Financeiras, as informações referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A estrutura e o conteúdo deste documento baseiam-se no respeito às disposições legais e estatutárias e às práticas contábeis adotadas no Brasil, provenientes das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Relatório da Administração foi revisado por auditores externos independentes.

A história da Pamplona começa em 1948, quando Lauro e sua esposa Ana Pamplona fundam, no município de Agronômica (SC), uma pequena empresa para comercializar carne bovina nas comunidades e municípios vizinhos. Em 1963, ela ganha o nome de Açougue Riosulense Ltda, e passa a se dedicar também ao abate e à comercialização de carne suína. Seis anos mais tarde, em 1969, tem início a construção de uma nova sede, no mesmo local em que está até hoje, em Rio do Sul (SC). Já não era mais, então, um açougue, e sim o Frigorífico Riosulense.

Com o falecimento de Lauro Pamplona, em 15 de abril de 1991, Ana Pamplona assume a presidência da Companhia, que seguia uma trajetória importante de crescimento e consolidação e havia adquirido outro frigorífico, no município de Presidente Getúlio (SC). Durante a presidência de Ana, de 1991 até 2009, acompanhada pelos cinco filhos na gestão do Frigorífico Riosulense, muitos passos importantes foram dados, como o início das vendas para o exterior, com embarques para Hong Kong e Uruguai, e o lançamento no mercado das carnes temperadas.

Em 2009, a filha de Ana e Lauro, Irani Pamplona Peters, assume a presidência do Frigorífico Riosulense e é formado um Conselho Administrativo, que seria presidido pelo irmão dela, Valdecir Pamplona. Em 2013, a razão social muda para Pamplona Alimentos S.A. e, nos anos seguintes, a Companhia expande suas operações e avança em suas práticas de gestão e sustentabilidade, assegurando a competitividade.

A Pamplona chega aos 75 anos como uma referência nacional no setor do agronegócio, tanto na qualidade e segurança de seus produtos quanto em relação ao bem-estar animal, com práticas superiores às determinações legais. Em 2023, empregava 3.450 pessoas e comercializou mais de 150 mil toneladas de alimentos para quase todos os estados brasileiros e para mais de 30 países. A Companhia segue rígidos padrões de governança que orientam sua gestão. Possui um Conselho de Administração, composto por sete conselheiros, sendo três independentes, uma Diretoria Executiva e comitês vinculados ao Conselho, principal instância de governança. A Diretoria Executiva é conduzida por uma presidente, um vice-presidente e seis diretores.

Os dirigentes e colaboradores da Pamplona sempre basearam suas práticas e condutas em princípios éticos. Em um esforço para aumentar a transparência, a Companhia publicou seu Código de Ética em 2018, que orienta comportamentos e práticas. Para assegurar o cumprimento das orientações desse Código, a Pamplona conta com um canal de denúncias e um Comitê de Ética, formado por membros do Conselho, da Diretoria e por representantes de algumas gerências estratégicas.

Em dezembro de 2023, a Companhia anunciou sua primeira emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), título de renda fixa utilizado para captação de recursos no mercado de capitais para empresas do setor de agronegócio. A operação, no valor total de R\$ 60 milhões, marca a entrada da Pamplona nesse mercado, reforçando seus padrões de governança, gestão e sua solidez financeira. A Companhia, alinhada às melhores práticas de governança, iniciou em 2022 o mapeamento de seus riscos, finalizando o processo em 2023. Durante essa fase, identificaram-se os riscos prioritários, aos quais foi dedicada atenção especial. Além disso, houve a designação dos riscos específicos de cada Diretoria, juntamente com o desenvolvimento de ações de mitigação. Diversas medidas já haviam sido implementadas antes da identificação dos riscos, resultando em um controle substancial sobre a maioria deles.

Os conselheiros e diretores estão envolvidos no processo de gestão e mitigação de riscos, principalmente avaliando resultados e sugerindo, quando necessário, novas diretrizes e ações estratégicas. No âmbito administrativo financeiro, em 2023, merecem destaque as ações relacionadas à segurança da informação, prezando a integridade, a proteção e a disponibilidade da informação e dos serviços.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP, em 2023 o setor da suinocultura, favorecido por menores custos de produção e exportações de carne recorde, iniciou um movimento de recuperação. O preço dos principais insumos utilizados na atividade caiu e, por outro lado, o preço dos animais vivos subiu.

No mercado interno, vem consolidando sua estratégia de ampliar as vendas de processados, com maior valor agregado, obtendo melhores preços, estabelecendo e fortalecendo a marca no Brasil.

A Pamplona procurou se adaptar às evoluções do mercado, implementando mudanças em sua linha de produtos e expandindo sua lista de clientes no mercado interno e fora do Brasil, com destaque para a inclusão do México e do Canadá na lista de países para os quais a Companhia exporta, além da consolidação da marca em todos os mercados nos quais possui habilitação.

A Companhia fortaleceu a sua marca no mercado e nas redes sociais, reforçando a sua essência: uma produtora de proteína animal, especializada em carne suína, com tradição e qualidade. O lançamento de uma linha especial de produtos, em comemoração aos seus 75 anos, reforçou essa mensagem. Foram desenvolvidas ações de comunicação em diversas mídias.

A Pamplona mantém sua política de investimentos e realizou, em 2023, R\$ 32 milhões. Os principais projetos concluídos e iniciados em operação no ano foram a ampliação da linha de produtos com alto valor agregado e a expansão da fábrica de Presidente Getúlio (SC).



## Relatório da Administração 2023

Em Presidente Getúlio (SC), a estocagem automatizada da Pamplona atingiu uma capacidade cinco vezes maior, com aplicação de robôs que agora organizam, transportam e descarregam os produtos na câmara refrigerada. Essa câmara, totalmente mapeada e integrada por avançadas ferramentas tecnológicas, representa parte dos investimentos significativos realizados nos últimos anos pela Companhia. A expansão e a modernização da unidade receberam um aporte total de R\$ 77 milhões. Esse investimento destaca o comprometimento da Pamplona em adotar tecnologias de ponta para aumentar a eficiência operacional e manter-se na vanguarda do setor de carnes suínas no Brasil.

O Centro de Distribuição de Jandira (SP), inaugurado em 2022, teve suas operações consolidadas e ampliadas em 2023, contribuindo para a estratégia da Companhia de crescimento nas regiões da Grande São Paulo, Litoral Paulista, Vale do Paraíba, Alto Tietê e Interior de São Paulo.

O sistema de monitoramento e as primeiras experiências com uma nova malha de logística contribuíram para evitar atrasos, diminuir a quilometragem percorrida, reduzir impactos ambientais decorrentes do transporte e melhorar o custo de servir.

A Pamplona mantém contato frequente com os transportadores, importantes parceiros da Companhia, para garantir a qualidade do serviço de transporte e distribuição, além da segurança dos produtos e do bem-estar animal.

Em 2023, a Pamplona fechou acordos com os principais armadores para que administrasse diretamente os embarques, agregando qualidade e valor aos seus produtos ao oferecer a possibilidade de entregá-lo no país de destino.

A Companhia está alinhada a compromissos intergovernamentais internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, Normas de Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS), o que demonstra o seu comprometimento e engajamento com a diversidade, refletido nos valores inclusivos em seu ambiente corporativo. A adesão a esses compromissos foi aprovada pelo mais alto órgão de governança e pela Diretoria Executiva e suas orientações aplicam-se igualmente a todas as atividades da organização e às suas relações de negócios.

O Conselho de Administração desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na atualização das iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável: é ele que estabelece diretrizes, aprova políticas e objetivos e supervisiona o cumprimento dessas orientações internamente.

Em 2022, foi realizado um novo estudo de materialidade, baseado em entrevistas com stakeholders, na análise de cenários, incluindo a concorrência, e nos indicadores de sustentabilidade mais praticados no mercado. O mesmo conjunto de temas materiais identificados em 2022 orientou as ações em 2023. São eles: Mudança climática, Resíduos e economia circular, Água, Saúde e segurança, Gestão de pessoas, Diversidade, Cadeia de valor sustentável: Bem-estar animal, Qualidade e segurança dos produtos, Desenvolvimento econômico regional, Ética e integridade e Inovação.

A Pamplona possui um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho que cumpre as leis trabalhistas, regulamentações setoriais e requisitos de fiscalização. Baseado nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o sistema abrange todos os colaboradores, atividades e locais de trabalho, assegurando a proteção e o bem-estar de todos os envolvidos nas operações da Companhia.

Para atingir seus objetivos de saúde e segurança, a Pamplona implementa uma série de programas, como Pamplona Acidente Zero (PAZ), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Controle Auditivo (PCA), além de campanhas de prevenção e cuidados com a saúde dos colaboradores. A Companhia também promove uma semana de atividades da CIPA, visando a conscientização em segurança do trabalho.

A Pamplona tem realizado o alinhamento de seu Sistema de Gestão Ambiental aos critérios da norma ISO 14001 e, a cada ano, alcança avanços, com maior aderência do Sistema à norma.

Em 2023, foi implantado o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Companhia, desenvolvido com o apoio de consultoria especializada, que acompanha uma série de indicadores ambientais nas operações das Diretorias Industrial e de Suprimentos, divididos em seis pilares: atendimentos a requisitos legais, resíduos, consumo de água, geração de efluentes, emissões e energia. Também no último ano, a Pamplona fez a revisão do seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos escopos 1 (emissões próprias) e 2 (emissões decorrentes da geração da energia consumida), contemplando as duas unidades frigoríficas em Rio do Sul (SC) e Presidente Getúlio (SC), de acordo com o *GHG Protocol*.

Outro avanço na área ambiental realizado em 2023 foi o início, na unidade de Presidente Getúlio (SC), da reestruturação nos processos de gestão de resíduos industriais, baseada na redefinição dos métodos da triagem de resíduos nos setores produtivos, com o objetivo de segregar os materiais de maior valor agregado e de maior potencial de reaproveitamento/reciclagem. O projeto terá prosseguimento em 2024 e, assim que estiver totalmente implementado na unidade de Presidente Getúlio (SC), será realizado também na unidade de Rio do Sul (SC).

O manejo de resíduos é um ponto de inovação, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, destacando-se por práticas sustentáveis, sendo a compostagem uma importante estratégia ambiental adotada. A Unidade de Compostagem Lauro Pamplona realiza o tratamento de resíduos orgânicos agroindustriais, demonstrando o cuidado da Companhia na gestão responsável dos resíduos gerados em suas operações. O processo resulta na produção de um composto orgânico de alto valor agrônomico, oferecendo uma alternativa eficaz para a utilização em cultivos regionais.





## Relatório da Administração 2023

A iniciativa conta com o apoio técnico e científico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), consolidando-se como um eficiente sistema de reaproveitamento de nutrientes. Além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura, esse projeto envolve parcerias sociais ao comercializar o composto para agricultores, reforçando o compromisso com a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento comunitário.

A busca pelo uso de energia limpa, renovável, na maior parte de suas operações é um dos objetivos da Pamplona. Com esse propósito, a Companhia estabelece contratos de compra de eletricidade com fornecedores que oferecem energia proveniente de fontes renováveis. A Pamplona concentra esforços significativos na atração e retenção de talentos, destacando-se como um dos principais focos de suas ações. Nas regiões onde estão localizadas suas principais unidades, não há taxas expressivas de desemprego.

Além de oferecer benefícios e salários compatíveis ao que é praticado por outras empresas do setor na região, a Companhia possui programas de acolhimento dos novos colaboradores por veteranos e incentivo a promoções internas para o preenchimento das vagas que surgem. Faz parte, ainda, da estratégia de gestão de pessoas, a promoção de um ambiente onde as pessoas se sintam felizes, como forma de garantir a retenção de talentos e, assim, a sustentação da Pamplona.

Ao ingressar na Companhia, o colaborador participa do programa de integração, com treinamentos sobre qualidade, boas práticas de produção, diversidade, código de ética, LGPD, benefícios, normas, remuneração, segurança do trabalho, ergonomia, medicina, bem-estar animal, metodologia 5S e gestão industrial. Os treinamentos sobre qualidade e segurança são regulares.

Para aumentar os índices de retenção de colaboradores, a Pamplona tem desenvolvido diversas ações e oferecido uma série de benefícios. Todos os colaboradores recebem assistência médica e odontológica, material escolar para os filhos, e as gestantes participam do programa Bem Gestar, que inclui palestras, acompanhamento médico e a doação de dois kits maternidade, com itens para o bebê.

Adota a não discriminação no processo de recrutamento e seleção, oferecendo oportunidades de trabalho a diversos perfis, independente de origem, religião, gênero, condição social, opinião política, cultura, etc. A Companhia vem, já há alguns anos, oferecendo oportunidades para colaboradores de diversas partes do país e de fora do Brasil, vindos de países como Haiti e Venezuela. As mulheres representam 39% do quadro total de colaboradores. No total, houve a promoção de 115 mulheres em várias áreas e funções. As ações da Pamplona relacionadas ao bem-estar animal têm avançado a cada ano, com bons resultados em auditorias externas, que seguem o padrão *International Featured Standards (IFS Food)*, norma internacional que avalia a conformidade de produtos e processos em relação à segurança dos alimentos.

Esses avanços alcançados pela Companhia são resultados de investimentos em várias áreas, como infraestrutura, instalações, equipamentos, capacitação das equipes, sistemas de gestão de informações e tecnologias em toda a cadeia produtiva. A Pamplona possui uma política de bem-estar animal com nove compromissos voluntários, incluindo a migração para o sistema de gestação coletiva e a não utilização de antibióticos promotores de crescimento.

A Companhia aplica os conceitos de conforto térmico em suas unidades de produção, por meio de um sistema de ambiência de granjas. Obtém, assim, maior controle do processo, com informações disponíveis em tempo real, relacionadas a regulagens de cortinas, temperatura de conforto (máxima e mínima), velocidade do vento, CO<sub>2</sub>, amônia, consumo de água e alertas de não conformidade.

Uma questão na qual a Pamplona tem avançado bastante é a migração para o sistema de gestação coletiva, no qual as fêmeas gestantes são alojadas em grupos e não isoladas em celas (gaiolas), oferecendo melhor condição de bem-estar a esses animais. Em 2023, a Companhia alcançou a marca de 92% do plantel no sistema de gestação coletiva, evidenciando os esforços constantes dos últimos anos e representando um avanço significativo em direção à consecução da meta de 100% em 2026.

A Pamplona promove, com apoio de uma comissão específica e de uma empresa de consultoria, o engajamento com stakeholders, principalmente integrados e produtores de granjas terceirizadas, que desempenham um papel crucial no cumprimento das políticas de bem-estar animal da Companhia. Essa parceria tem resultado na consolidação de contratos de bonificação, programas de capacitação, definição de políticas e estabelecimento de compromissos voluntários. Foram realizados, em 2023, 117 treinamentos envolvendo mais de 1.700 pessoas em todos os elos da cadeia produtiva, além da produção de materiais de divulgação sobre bem-estar animal, com mais de 3.600 cartazes impressos e distribuídos.

A rastreabilidade das ações relacionadas ao bem-estar animal tem início na propriedade de origem dos animais e estende-se por cada fase do processo produtivo, em um sistema que não apenas assegura a qualidade dos produtos, mas também permite uma auditoria abrangente por parte dos órgãos competentes. Essa abordagem reforça o compromisso da empresa com a segurança alimentar e oferece aos consumidores a confiança de que os produtos Pamplona são produzidos de forma ética e sustentável. A rastreabilidade não é, portanto, apenas uma prática operacional, mas uma expressão tangível do compromisso da empresa com padrões elevados de bem-estar animal e responsabilidade social em toda a sua cadeia de suprimentos.



## Relatório da Administração 2023

Apesar de melhorias em relação ao cenário de 2022, o mercado brasileiro ainda sofreu em 2023 o impacto do ambiente cambial desfavorável e da elevada inflação mundial e brasileira. Aos poucos, esse cenário foi melhorando e, ao final do primeiro semestre, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o consumo nos supermercados brasileiros já havia crescido 2,47%.

A melhora no desempenho da Pamplona em 2023 pode ser atribuída à redução dos custos de produção. Isso foi possível devido ao menor preço das principais commodities, resultando em uma redução no custo da ração. Além disso, os preços dos produtos vendidos para o exterior, em dólares, registraram um aumento de 9%, resultado da diversificação e implementação da estratégia de vendas. Seguindo a tendência do mercado de gradativa melhora, a Companhia apresentou números positivos em 2023, em relação a 2022, com um aumento de 2% na receita operacional bruta e um lucro líquido de R\$ 1 milhão, em comparação com um prejuízo de R\$ 47 milhões no período anterior.

Em termos de volume, foram comercializadas mais de 150 mil toneladas em 2023, representando um aumento de 2% em relação a 2022. Dessas, 70 mil toneladas foram destinadas ao mercado externo, em comparação com as 67 mil toneladas em 2022 (um aumento de 4%). O volume de vendas no mercado interno manteve-se estável em comparação com o ano anterior. Já em relação aos produtos processados, merece destaque o incremento nas vendas internas de 2,8 mil toneladas, totalizando 60 mil toneladas comercializadas. O EBITDA ajustado passou de R\$ 62 milhões negativos em 2022 para R\$ 42 milhões positivos em 2023.

A produção apresentou números bem semelhantes entre os dois períodos, com o abate de 1.616 mil cabeças suínas em 2022 e 1.610 mil em 2023. Uma leve redução nas vendas de carne in natura no mercado interno foi compensada pelo aumento das vendas no mercado externo.

Será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 23 de Abril de 2024, a proposta da Administração a respeito da destinação do lucro do exercício de 2023 de R\$ 1,09 milhão; a realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 1,65 milhão; da constituição da reserva legal de R\$ 60 mil; e da constituição da reserva de incentivos fiscais no valor R\$ 2,68 milhões e ratificação da homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio, de R\$ 24,7 milhões sobre lucros acumulados.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) projeta elevação da produção de carne suína em até 1% em comparação a 2023 e aumento de até 6,6% nas exportações, com estabilidade no mercado doméstico.

Para acompanhar e impulsionar esse crescimento, a Pamplona se prepara, no mercado interno, buscando consolidar e reforçar a marca, ampliando a presença nos pontos de vendas e, conseqüentemente, o contato com os clientes e consumidores. Para isso, trabalhará para aumentar o número de clientes atendidos e para fortalecer a distribuição no mercado consumidor.

A Companhia pretende investir ainda mais nos clientes de varejo e *food-service*, com crescimento da presença nesses mercados, e em inovação, com racionalização do portfólio, procurando oferecer produtos relevantes para o consumidor e atender a demandas específicas de praticidade e porcionamento.

No mercado externo, a Pamplona trabalha para manter a trajetória crescente de rentabilidade nos países em que já possui aprovação para exportação, com avanços no volume de vendas e recuperação de preços, além de implementação de estratégia de aumento da participação de produtos processados, com maior valor agregado.

Internamente, a Companhia entra em 2024 com dois grandes desafios: a retenção de mão de obra e a gestão de custos. A dificuldade de retenção afeta todas as empresas do setor, e de maneira ainda mais intensa as de Santa Catarina, onde o mercado de trabalho aproxima-se da situação de pleno emprego.

A expectativa da recuperação dos estoques mundiais dos principais insumos para a produção de ração deve representar custos menores para a produção de suínos. A gestão dos custos segue sendo um grande desafio e a Pamplona implementará uma série de estratégias e ações, em todas as áreas para enfrentá-lo, intensificando a cultura de eficiência na Companhia.

Pretende ampliar o plantel próprio em 3,2% e continuar investindo nas práticas de bem-estar animal, melhoramento genético e cuidado ambiental. Isso inclui o uso de fontes de energias renováveis em sua matriz energética.

Nas unidades operacionais, as estratégias de maximização de resultados passam pela melhora da eficiência operacional, por meio de investimentos em automação dos processos, direcionando a produção para os conceitos de indústria 4.0.

A logística contribuirá para o aumento da eficiência do processo da Pamplona, buscando melhorar os serviços contratados, a ocupação dos veículos, e a OTIF (*on time e in full*).

As perspectivas da Companhia para 2024 incluem a expansão da produção e do volume de vendas em 10%; o lançamento de mais produtos porcionados, com foco na praticidade; e o crescimento da linha de produtos processados, com expansão de volume em 11%, resultado da conclusão de investimentos para aumentar a capacidade produtiva de temperados, linguças frescas e fatiados. Os padrões de governança e gestão, associados ao legado de ética e comprometimento, permearam a trajetória da Pamplona até aqui. Agradecemos a todos os stakeholders envolvidos em cada processo, que nos permitem realizar a missão de oferecer alimentos práticos, saudáveis e seguros. Para 2024 mantemos o otimismo, confiantes de que, juntos, maximizaremos os resultados.

### A Administração

Rio do Sul, 19 de março de 2024



### Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.512	46.225
Contas a receber	7	246.556	245.144
Estoques	8	149.475	163.899
Ativos biológicos	9	200.575	230.076
Tributos a recuperar	10	60.760	59.401
Outros ativos		8.918	9.734
		<b>721.796</b>	<b>754.479</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	17	1.952	1.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	145.435	87.519
Tributos a recuperar	10	11.838	19.106
Ativos biológicos	9	33.057	35.198
Outros ativos		150	93
		<b>192.432</b>	<b>143.845</b>
Propriedades para investimento		8.563	8.549
Intangível		4.196	3.741
Ativos de direito de uso	12	23.496	39.648
Imobilizado	11	432.492	431.556
		<b>468.747</b>	<b>483.494</b>
		<b>661.179</b>	<b>627.339</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.382.975</b>	<b>1.381.818</b>
	Nota	2023	2022
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	191.361	229.620
Salários e encargos sociais	14	36.610	29.681
Tributos a pagar		14.278	9.217
Comissões a pagar		3.614	3.345
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	20.995	20.961
Empréstimos e financiamentos	15	144.772	141.758
Passivos de arrendamento	12	5.379	8.358
Adiantamento de clientes		8.756	4.692
Outros passivos		18.354	13.169
		<b>444.119</b>	<b>460.801</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	257.360	224.631
Provisão para contingências	17	44.193	43.259
Passivos de arrendamento	12	18.407	31.472
Outros passivos		19	130
		<b>319.979</b>	<b>299.492</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>764.098</b>	<b>760.293</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	236.761	215.800
Reservas de lucro	18	317.855	339.816
Ajuste avaliação patrimonial	18	64.261	65.909
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>618.877</b>	<b>621.525</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.382.975</b>	<b>1.381.818</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	19	1.925.983	1.919.182
Custo das vendas	20	(1.711.652)	(1.800.021)
<b>Lucro bruto</b>		<b>214.331</b>	<b>119.161</b>
Despesas com vendas	20	(186.014)	(190.411)
Despesas gerais e administrativas	20	(29.643)	(25.284)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	2.139	6.251
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>		<b>813</b>	<b>(90.283)</b>
Receitas financeiras	22	32.161	33.734
Despesas financeiras	22	(89.798)	(77.288)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(57.637)</b>	<b>(43.554)</b>
<b>(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(56.824)</b>	<b>(133.837)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	57.915	83.114
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	–	3.483
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>1.091</b>	<b>(47.240)</b>
Lucro (Prejuízo) básico por ação do capital social (em Reais)		2,87	(126,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.091	(47.240)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.091</b>	<b>(47.240)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Resultado acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>205.000</b>	<b>25.680</b>	<b>197.108</b>	<b>169.707</b>	<b>67.570</b>	–	<b>665.065</b>
Integralização de capital	10.800	(7.100)	–	–	–	–	3.700
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(2.516)	2.516	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	–	–	–	–	855	(855)	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(47.240)	(47.240)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	–	–	(45.579)	–	–	45.579	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>215.800</b>	<b>18.580</b>	<b>151.529</b>	<b>169.707</b>	<b>65.909</b>	–	<b>621.525</b>
Integralização de capital	20.961	–	–	–	–	–	20.961
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(2.497)	2.497	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	–	–	–	–	849	(849)	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	1.091	1.091
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	–	–	(24.700)	–	–	–	(24.700)
Constituição de incentivos fiscais	–	–	–	2.685	–	(2.685)	–
Constituição de reserva	–	54	–	–	–	(54)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>236.761</b>	<b>18.634</b>	<b>126.829</b>	<b>172.392</b>	<b>64.261</b>	–	<b>618.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





CARNE SUÍNA  
TEM SOBRENOME



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.  
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Pamplona 75 anos.*  
**Uma história de sabor**

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(56.824)</b>	<b>(133.837)</b>
<b>Ajustes de</b>			
Depreciação e amortização		40.439	36.539
Resultado na venda de ativos imobilizados		482	127
Provisão (reversão) para contingências		934	(3.941)
Ajuste valor justo de ativo biológico florestas		48	300
Ajuste valor justo de investimentos		–	(5.000)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	48.467	39.199
Arrendamento mercantil	12	(209)	182
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	7	(141)	6
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		(1.271)	(61.085)
Estoques		14.424	26.488
Biológico		29.532	(31.008)
Tributos a recuperar		5.909	30.375
Depósitos judiciais		(23)	5.763
Outros ativos		759	(3.037)
Fornecedores		(38.259)	26.172
Salários e encargos sociais a pagar		6.929	3.041
Tributos a pagar		1.356	(1.336)
Adiantamento de clientes		4.064	889
Outros passivos		5.343	(4.135)
<b>Caixa aplicado nas operações</b>		<b>61.959</b>	<b>(74.298)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(30.874)	(38.088)
Aquisições de ativo intangível		(1.023)	(483)
Aquisições de investimentos		(14)	(5)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(31.911)</b>	<b>(38.576)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18	–	(41)
Juros pagos de arrendamento mercantil	12	(1.702)	(1.671)
Pagamento de arrendamento mercantil	12	(6.335)	(5.537)
Juros de empréstimos pagos	15	(52.298)	(33.239)
Pagamento de empréstimos	15	(162.035)	(85.265)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	201.609	237.766
<b>Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(20.761)</b>	<b>112.013</b>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		9.287	(861)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		46.225	47.086
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>55.512</b>	<b>46.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de produtos	2.138.396	2.129.843
Outras receitas	2.683	8.116
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	142	(6)
	<b>2.141.221</b>	<b>2.137.953</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias	(1.495.454)	(1.601.646)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(174.613)	(165.932)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>471.154</b>	<b>370.375</b>
Depreciação e amortização	(40.439)	(36.539)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>430.715</b>	<b>333.836</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	32.161	33.734
Outros	9	8
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>462.885</b>	<b>367.578</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal - remuneração direta	167.485	158.258
Pessoal - benefícios	27.968	25.375
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	31.278	(3.624)
Estaduais	144.852	157.324
Municipais	295	197
Juros	89.916	77.288
Juros sobre capital próprio e dividendos	24.700	-
(Prejuízo) Lucros retidos	(23.609)	(47.240)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>462.885</b>	<b>367.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR 470 - Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona, Rio do Sul - SC, Brasil. Fundada em 1948, a Companhia se destaca no setor agroindustrial, especializada no abate e processamento de suínos, bem como na fabricação de rações. Com uma história de mais de sete décadas, a Pamplona Alimentos S.A. opera com duas plantas industriais dedicadas à produção de carnes, uma unidade produtiva para rações, duas casas de carnes, oito granjas de suínos, uma unidade de fomento e uma planta industrial terceirizada para abate e desossa de suínos, todas localizadas no estado de Santa Catarina. A Companhia também conta com uma rede eficiente de distribuição, composta por dez centros de distribuição e um Centro de Distribuição Concentrador logístico no estado de Santa Catarina. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona e Rio Sul, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Pamplona Alimentos S.A. adota padrões de qualidade rigorosos em todas as etapas, desde o cuidado com os animais até o processo de abate e industrialização. Um controle de qualidade constante e sofisticado garante que os produtos atinjam os mais altos padrões antes de chegar à mesa do consumidor final. O portfólio diversificado da Companhia abrange 17 famílias de produtos processados, incluindo temperados suínos, linguiças defumadas e frescas, presuntaria, salame, entre outros. A Pamplona Alimentos S.A. busca constantemente altos padrões de eficiência, ética e integridade, promovendo a melhoria contínua de seus processos e investindo na modernização e ampliação de seu parque fabril. As estratégias e iniciativas de gestão são formuladas com o objetivo de atender às demandas e expectativas dos clientes em um ambiente dinâmico e em constante transformação. A Companhia está comprometida em manter sua posição de destaque, combinando tradição, inovação e responsabilidade em todas as suas operações.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

**2.2 Base de mensuração:**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.2.1 Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: No mercado principal para o ativo ou passivo; e na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

**2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4 Uso de estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas:**

**Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (a Companhia como arrendatária). A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

**Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento (R\$ 4,84 por dólar em 31/12/2023). Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de sobras e perdas. **3.2 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.14 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal" sobre o valor de principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares), são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros





## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são classificados em quatro categorias:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros.
- **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, e adiantamentos a filiadas, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.
- **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

**Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento, o incremento de novos clientes e a situação de atrasos na carteira de contas a receber.

### 3.2.2 Passivos financeiros não derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração:

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

**Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias, a mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

**Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que estas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. **3.4 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os bens ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data de adoção das novas práticas contábeis, em 01/01/2009, passaram a ter seu valor justo como custo atribuído. Os custos são deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, essas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Imobilizados são:

Descrição	2023	2022
Edificações	25 - 30 anos	25 - 30 anos
Instalações	10 - 30 anos	10 - 30 anos
Máquinas e Equipamentos	2 - 40 anos	2 - 40 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de Processamentos de Dados	3 - 10 anos	3 - 10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Outros	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5 Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente baseados nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Intangíveis são:

Descrição	2023	2022
Programas de Computador - Software	10 anos	10 anos

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, pelo menos, anualmente.

**3.6 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem principalmente suínos e reflorestamento. Os suínos vivos, compreendem matrizes de reprodução e suínos destinados ao abate, e foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção. Onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparadas com o seu valor justo (Fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos e das vendas destes produtos nos próximos meses. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. **3.7 Provisões: Provisões gerais:** O valor reconhecido como provisão corresponde à estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

satisfazer as obrigações assumidas por meio de contrato. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base de 1,10% a.m. (1,18% a.m. em 2022). Tal índice representa a taxa média de captação da companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O ajuste a valor presente de compras é registrado na conta de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de cinco a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento a seus contratos de arrendamentos, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses, independentemente do objeto do contrato. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos considerados de baixo valor, limitados a 3 mil reais mensais. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como custo ou despesa de aluguel pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **3.11 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e custos gerais indiretos de fabricação com base





## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, produção e formação, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

**3.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**3.13 Benefícios a colaboradores: Benefícios de curto prazo a colaboradores:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**3.14 Receita de contrato com cliente:** A receita de contrato com cliente gerada pela venda de produtos, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Tal receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor desta receita possa ser mensurada de maneira confiável. **Abatimentos por volume:** A Companhia retorna aos clientes com contrato de fornecimento firmado comercialmente, um percentual acordado com base em compras realizadas em determinado período, sob a forma de pagamento mensal e/ou abatimento nos créditos a receber. A Companhia apura mensalmente cada contrato de cada cliente sempre tendo como base o valor de faturamento realizado e aplica o percentual de contrato definido a cada cliente tendo um valor variável de acordo com esse faturamento, gerando uma contraprestação.

**3.15 Tributos sobre as vendas:** Os tributos sobre as vendas são reconhecidos no resultado como dedução das mesmas e correspondem as obrigações principais que a Companhia possui junto aos entes federativos. Incidem sobre as vendas de produtos e mercadorias o ICMS, PIS, COFINS e CPRB, sendo cada qual com suas respectivas alíquotas. **3.16 Tributos indiretos:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%; • Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - de acordo com a legislação tributária (4%, 7%, 12%, 17%, 18%, 19% e 20%); • Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): 1,00%. Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**3.17 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**3.18 Incentivos fiscais e subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência e transferidos para reservas de incentivos fiscais ou subvenção para investimentos no final do exercício, conforme sua natureza. A partir de 2017 com a publicação da Lei Complementar nº 160/2017 todos os incentivos e benefícios fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenção para investimento, porém a Companhia considera apenas os incentivos e benefícios fiscais que possui ação judicial trânsito em julgado.

**3.19 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados





## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **3.20 Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.21 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando os valores são propostos e aprovados. **3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, e que terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

**4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito aos títulos e valores mobiliários e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de gestão da Companhia. **i. Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **ii. Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	55.512	46.225
Contas a receber de clientes	246.556	245.144
<b>Total</b>	<b>302.068</b>	<b>291.369</b>

**iii. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos:** A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento, o incremento de novos clientes e a situação de atrasos na carteira de contas a receber.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c) Risco de mercado: i. Risco com taxa de juros:** A Companhia apresenta risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis. O endividamento está indexado substancialmente ao CDI, IPCA e a TJLP, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis. **ii. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía passivos e ativos denominados em moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre empréstimos, adiantamentos de clientes, contas a pagar, caixa e bancos - moeda estrangeira, contas a receber, adiantamento de fornecedores, contratos de travas cambiais como *hedge* natural das exportações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a exposição cambial estava assim representada:

	2023		2022	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
<b>Ativo</b>				
Caixa e bancos - moeda estrangeira	1.869	9.048	2.996	15.631
Contas a receber	28.138	136.206	19.471	101.580
Adiantamento a fornecedores	23	111	61	316
Non Deliverable Forwards - NDF	1.869	9.045	-	-
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	(7.400)	(35.823)	(5.081)	(26.507)
Fornecedores	(1.723)	(8.342)	(1.159)	(6.047)
Adiantamentos de clientes	(1.372)	(6.643)	(540)	(2.818)
Contratos de trava de câmbio	(18.700)	(90.521)	(15.300)	(79.822)
Non Deliverable Forwards - NDF	(1.869)	(9.045)	-	-
<b>Exposição líquida</b>	<b>835</b>	<b>4.036</b>	<b>448</b>	<b>2.333</b>

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de lucros. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

**4.3 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia são avaliadas e consideradas com baixo risco de volatilidade.

## 5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: - Ativos biológicos (Nota 9); - Provisão para contingências (Nota 17).

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa	189	315
Bancos	5.747	3.922
Caixa e bancos - moeda estrangeira	9.048	15.631
Aplicações financeiras - Renda fixa - CDB	40.528	26.357
	<b>55.512</b>	<b>46.225</b>

As aplicações financeiras no Brasil estão representadas, em certificado de depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 96% a 101% da variação do CDI (2022 possuía depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 87% a 102,25% da variação do CDI),



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Caixa e bancos em moeda estrangeira referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Companhia mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2023, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

### 7. CONTAS A RECEBER

	2023	2022
No país	110.144	143.573
No exterior	136.206	101.580
Contratos de trava de câmbio	1.077	1.003
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(871)	(1.012)
	<b>246.556</b>	<b>245.144</b>

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui recebíveis (duplicatas) em garantia para financiamentos no montante de R\$ 21.064. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2023	2022
A vencer	224.696	240.229
Vencidos há 30 dias	21.709	4.994
Vencidos de 31 a 60 dias	435	190
Vencidos de 61 a 90 dias	75	120
Vencidos de 91 a 180 dias	219	351
Vencidos a mais de 180 dias	293	272
	<b>247.427</b>	<b>246.156</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(871)	(1.012)
	<b>246.556</b>	<b>245.144</b>

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a estimativa para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(1.012)	(1.006)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(460)	(484)
(-) Valores revertidos da provisão	601	478
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(871)</b>	<b>(1.012)</b>

### 8. ESTOQUES

	2023	2022
Produtos acabados	95.295	94.962
Produtos em elaboração	9.681	10.033
Matérias-primas	28.852	44.788
Materiais secundários	12.345	12.519
Almoxarifado	5.044	4.877
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido	(1.742)	(3.280)
	<b>149.475</b>	<b>163.899</b>

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames. A provisão sobre os estoques é constituída quando: i) o valor líquido de realização dos estoques é menor que o seu custo; e/ou ii) após avaliação técnica; e/ou iii) após a consideração de valor líquido de realização ao menor custo, é movimentada a provisão/reversão ocorrida do menor custo ou mercado. Movimentação da provisão para estoques:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(3.280)	(3.766)
Realização de provisão no exercício	1.538	486
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(1.742)</b>	<b>(3.280)</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção), uma vez que a Administração considerou ser não relevante a diferença entre os valores reconhecidos e seus respectivos valores justos. As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2023	2022
Suínos vivos	237.080	266.600
(-) Amortização de suínos	(5.606)	(3.544)
Bovinos vivos	868	883
Florestas	29	27
Ajuste do valor justo do ativo biológico florestas	1.261	1.308
	<b>233.632</b>	<b>265.274</b>

A diminuição do valor do ativo biológico de 2022 para 2023 deve-se, principalmente, a redução dos custos das commodities ao longo de 2023, que refletiram no custo da ração e, por sua vez, na alimentação dos suínos no campo. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos às matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:

	Suínos vivos	Bovinos vivos	Florestas	Total
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>234.315</b>	<b>854</b>	<b>1.641</b>	<b>236.810</b>
Adições	1.351.249	423	-	1.351.672
Baixas para produção	(1.322.508)	(394)	(306)	(1.323.208)
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>263.056</b>	<b>883</b>	<b>1.335</b>	<b>265.274</b>
Adições	1.256.201	559	-	1.256.760
Baixas para produção	(1.287.781)	(575)	(46)	(1.288.402)
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>231.476</b>	<b>867</b>	<b>1.289</b>	<b>233.632</b>
Ativo circulante	199.708	867	-	200.575
Ativo não circulante	31.768	-	1.289	33.057
	<b>231.476</b>	<b>867</b>	<b>1.289</b>	<b>233.632</b>

### 10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
ICMS	47.072	38.188
COFINS	5.792	3.393
PIS	1.082	1.315
Antecipações de IRPJ	6.163	12.198
Crédito judicial IRPJ/CSLL	-	4.304
Crédito judicial INSS	648	-
Outros	3	3
	<b>60.760</b>	<b>59.401</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS	1.033	2.382
COFINS	8.420	13.740
PIS	2.385	2.984
	<b>11.838</b>	<b>19.106</b>
<b>Total de Tributos a recuperar</b>	<b>72.598</b>	<b>78.507</b>

**ICMS:** A Companhia acumula créditos de ICMS em razão da representatividade das exportações na sua operação. O aumento do saldo credor, quando comparado com o ano anterior, é procedente do reconhecimento de créditos oriundos da habilitação de créditos extemporâneos no fechamento do exercício de 2023, sendo este compensando integralmente nos próximos 12 meses.

**PIS e COFINS:** São procedentes de créditos das compras de insumos empregados na produção de produtos destinados à exportação e pelas saídas com alíquota zero e pelas aquisições de ativos imobilizados para as obras em andamento de ampliação das unidades produtivas. A redução dos saldos credores foi motivada pelas compensações com débitos de tributos federais e previdenciários.

**Antecipações de IRPJ:** Referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda,





## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores homologados pela Receita Federal do Brasil, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. **Crédito Judicial IRPJ/CSLL:** Esta rubrica corresponde ao ganho proveniente de uma decisão judicial que determinou a exclusão da SELIC da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A habilitação desse crédito ocorreu em dezembro de 2022 e foi integralmente compensado com débitos de tributos federais ao longo do ano de 2023. **Crédito Judicial INSS:** Refere-se ao ganho judicial da ação de INSS, habilitado em novembro de 2023, que será realizado através de compensações com débitos de impostos federais. Os valores de tributos a recuperar, cujas expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

### 11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Obras em andamento e adiantamentos	Total
<b>Movimentação custo</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>107.938</b>	<b>145.220</b>	<b>198.102</b>	<b>4.144</b>	<b>45.244</b>	<b>388</b>	<b>7.802</b>	<b>75.478</b>	<b>584.316</b>
Adições	–	151	14.796	305	133	–	1.943	20.760	38.088
Transferência	–	12.349	4.553	3	10.603	–	–	(27.508)	–
Baixas	–	(2.045)	(2.362)	(22)	(11)	(43)	(61)	–	(4.544)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>107.938</b>	<b>155.675</b>	<b>215.089</b>	<b>4.430</b>	<b>55.969</b>	<b>345</b>	<b>9.684</b>	<b>68.730</b>	<b>617.860</b>
Adições	3.118	260	14.429	165	188	–	419	12.295	30.874
Transferência	–	27.678	30.318	7	8.859	–	–	(66.862)	–
Baixas	–	(66)	(2.060)	(100)	(16)	–	(884)	–	(3.126)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>111.056</b>	<b>183.547</b>	<b>257.776</b>	<b>4.502</b>	<b>65.000</b>	<b>345</b>	<b>9.219</b>	<b>14.163</b>	<b>645.608</b>
<b>Movimentação depreciação</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>–</b>	<b>57.564</b>	<b>80.107</b>	<b>2.586</b>	<b>18.452</b>	<b>168</b>	<b>5.057</b>	<b>–</b>	<b>163.934</b>
Depreciação do exercício	–	6.118	15.768	307	3.581	49	964	–	26.787
Baixa	–	(1.996)	(2.308)	(18)	(8)	(25)	(62)	–	(4.417)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>–</b>	<b>61.686</b>	<b>93.567</b>	<b>2.875</b>	<b>22.025</b>	<b>192</b>	<b>5.959</b>	<b>–</b>	<b>186.304</b>
Depreciação do exercício	–	6.573	16.771	287	4.579	27	1.170	–	29.407
Baixa	–	(18)	(1.626)	(88)	(6)	–	(857)	–	(2.595)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>–</b>	<b>68.241</b>	<b>108.712</b>	<b>3.074</b>	<b>26.598</b>	<b>219</b>	<b>6.272</b>	<b>–</b>	<b>213.116</b>
<b>Saldo do imobilizado</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>107.938</b>	<b>93.989</b>	<b>121.522</b>	<b>1.555</b>	<b>33.944</b>	<b>153</b>	<b>3.725</b>	<b>68.730</b>	<b>431.556</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>111.056</b>	<b>115.306</b>	<b>149.064</b>	<b>1.428</b>	<b>38.402</b>	<b>126</b>	<b>2.947</b>	<b>14.163</b>	<b>432.492</b>
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%		

As obras em andamento e adiantamentos referem-se, na sua maioria, na expansão fabril das unidades de Presidente Getúlio e de Rio do Sul. **(a) Outras informações:** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía o montante de R\$ 226.944 (R\$ 199.759 em 2022) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.

### 12. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia aluga centros de distribuição, máquinas e equipamentos, sendo os prazos de 1 a 10 anos, com opções de renovação.

#### (a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Ativos de direito de uso		
Imóveis operacionais	23.496	39.648
	<b>23.496</b>	<b>39.648</b>
Passivos de arrendamento		
Circulante	5.379	8.358
Não circulante	18.407	31.472
	<b>23.786</b>	<b>39.830</b>
<b>Impacto no resultado do exercício</b>	<b>290</b>	<b>182</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estimou a taxa de desconto de 13,20% a.a. a 14,16% a.a., com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

**(b) Ativos de direito de uso:** As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	31 de dezembro				31 de dezembro
	de 2021	Adições	Baixas	Depreciação	de 2022
Edificações	21.258	8.317	–	(3.432)	26.143
Veículos	73	–	–	(73)	–
Máquinas e equipamentos	12.327	2.987	–	(3.279)	12.035
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	879	962	–	(371)	1.470
	<b>34.537</b>	<b>12.266</b>	<b>–</b>	<b>(7.155)</b>	<b>39.648</b>

  

	31 de dezembro				31 de dezembro
	de 2022	Adições	Baixas	Depreciação	de 2023
Edificações	26.143	731	(4.447)	(4.469)	17.958
Veículos	–	–	–	–	–
Máquinas e equipamentos	12.035	628	(3.710)	(3.577)	5.376
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	1.470	–	(1.000)	(308)	162
	<b>39.648</b>	<b>1.359</b>	<b>(9.157)</b>	<b>(8.354)</b>	<b>23.496</b>

### (c) Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	39.830	34.771
Juros pagos	(1.702)	(1.670)
Baixa de contratos	(8.600)	–
Adição por novos contratos	593	12.266
Pagamentos de principal	(6.335)	(5.537)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>23.786</b>	<b>39.830</b>

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações, conforme maturidade dos contratos:

Vencimento das prestações	2023	2022
Menos de 1 ano	5.379	8.358
2 anos	5.590	8.702
3 anos	4.047	8.857
4 anos	2.908	5.278
5 anos	1.814	2.860
6 a 10 anos	4.048	5.775
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>23.786</b>	<b>39.830</b>

## 13. FORNECEDORES

	2023	2022
Matéria-prima - Mercado interno	180.185	218.900
Matéria-prima - Mercado externo	8.342	6.047
Imobilizado - Mercado interno	2.834	4.673
	<b>191.361</b>	<b>229.620</b>

As operações de liquidação de fornecedores são feitas diretamente pela Companhia, ou seja, não realiza operação denominada "risco sacado".



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2023	2022
Salários a pagar	9.964	9.543
Provisão e encargos de férias	16.528	15.971
Encargos sociais	10.118	4.167
	<b>36.610</b>	<b>29.681</b>

### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2023	2022
<b>Capital de Giro</b>	3,74% a.a. + CDI	2024	R\$	2.692	5.275
	1,81% a 3,48% a.a. + CDI	2027	R\$	214.917	230.186
	6,64% a.a. + IPCA	2024	R\$	1.165	4.339
	8,56% a.a. + IPCA	2023	R\$	–	11.050
	12,00% a.a.	2024	R\$	1.008	–
<b>Linhas de crédito de exportação CRA-Certificado de Recebíveis do Agronegócio</b>	7,87% a 9,46% a.a. + variação cambial	2024	US\$	35.823	26.507
<b>Investimentos</b>	4,10% a.a. + CDI	2029	R\$	59.110	–
BNDDES/BRDE/BADESC	3,48% a 4,83% a.a. + TJLP	2024	R\$	415	1.702
	7,05% a 9,58% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	699	2.392
	3,50% a.a.	2024	R\$	107	1.394
	6,00% a.a.	2024	R\$	504	3.530
	9,50% a.a.	2023	R\$	–	160
	2,33% a 2,96% a.a. + CDI	2038	R\$	74.747	66.470
	3,74% a.a. + CDI	2024	R\$	152	297
FINEP	6,33% a.a. + IPCA	2030	R\$	5.890	6.700
	3,00% a 5,00% a.a. + TJLP	2027	R\$	4.903	6.387
				<b>402.132</b>	<b>366.389</b>
Total circulante				144.772	141.758
Total não circulante				257.360	224.631

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2025	95.490
2026	59.681
2027	25.657
2028	19.621
2029	19.616
2030 - 2039	37.295
	<b>257.360</b>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	366.389	207.928
Captações	201.609	237.766
Juros provisionados	48.467	39.199
(-) Amortizações	(162.035)	(85.265)
(-) Juros pagos	(52.298)	(33.239)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>402.132</b>	<b>366.389</b>

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis. Em 2023, a Companhia realizou sua estreia no mercado de capitais, com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A operação, totalizando R\$ 60 milhões, contou com a Kinea como estruturadora e única investidora, a Opea atuando como emissora e securitizadora, e o escritório Santos Neto Advogados desempenhando a função de assessores jurídicos da operação. Este contrato de empréstimo e financiamento, em 31 de dezembro de 2023, possui cláusulas do tipo "debt covenants" requerem a manutenção de determinados índices econômicos financeiros, que devem ser apurados anualmente, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2023.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

#### (a) Composição do saldo:

Ativo	2023	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	296	344
Provisão para contingências	18.443	17.618
Provisão para comissões	865	757
Prejuízos fiscais do imposto de renda	130.308	86.877
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	46.908	31.273
Outras diferenças temporárias	5.087	5.374
	<b>201.907</b>	<b>142.243</b>
Passivo		
Custo atribuído	(33.104)	(33.953)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(429)	(445)
Ajuste a valor justo de investimentos	(2.404)	(2.404)
Provisão sobre reavaliação	(6.893)	(7.028)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(8.929)	(7.674)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(3.631)	(2.514)
Provisão para variação cambial ativa	(644)	(81)
Outras diferenças temporárias	(438)	(625)
	<b>(56.472)</b>	<b>(54.724)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>145.435</b>	<b>87.519</b>

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2023 são:

2024	30.946
2025	16.208
2026	18.550
2027	19.402
2028	20.986
2029	22.898
2030	25.110
2031	26.527
2032	21.280
	<b>201.907</b>

#### (b) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e da contribuição social:

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(56.824)	(133.837)
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	19.320	45.505
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(167)	(1.025)
Exclusões de incentivos fiscais	28.664	30.613
Receitas não tributáveis	1.700	418
Juros sobre o capital próprio	8.398	–
Ganho IRPJ e CSLL judicialmente	–	11.086
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>57.915</b>	<b>86.597</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	3.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57.915	83.114
	<b>57.915</b>	<b>86.597</b>
Alíquota efetiva	102%	65%

Anualmente, a Administração reavalia o resultado efetivo dos planos de negócios da Companhia e sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, revisa a capacidade de realização e registro contábil desses créditos tributáveis.





## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos tributários, cíveis e trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia, baseados na opinião dos consultores jurídicos. Nos casos em que há expectativas prováveis de perdas, foram constituídas as correspondentes provisões para contingências. As movimentações das provisões em 2023 estão apresentadas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2023	2022	2023	2022
Tributárias	554	554	29.132	26.627
Trabalhistas	513	490	14.108	15.689
Cíveis	885	885	953	943
<b>Total</b>	<b>1.952</b>	<b>1.929</b>	<b>44.193</b>	<b>43.259</b>

As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2022 e de 2023 estão demonstradas a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.477</b>	<b>18.543</b>	<b>2.180</b>	<b>47.200</b>
Adições	1.247	1.064	10	2.321
Baixas	(1.097)	(3.918)	(1.247)	(6.262)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>26.627</b>	<b>15.689</b>	<b>943</b>	<b>43.259</b>
Adições	2.615	4.191	10	6.816
Baixas	(110)	(5.772)	-	(5.882)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>29.132</b>	<b>14.108</b>	<b>953</b>	<b>44.193</b>

**(a) Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia tem processos de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída no montante total estimado de R\$ 130.784, sendo R\$ 123.878 para contingências tributárias, R\$ 5.313 para contingências trabalhistas e R\$ 1.593 para contingências cíveis (R\$ 72.756 em 2022).

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**(a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está representado por 387.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 12 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 20.961 com emissão de 12.600 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante ao saldo de juros sobre capital próprio do ano de 2021, e, o capital social passou de R\$ 215.800 para R\$ 236.761.

**(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2023 houve um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.497, com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 849, sendo R\$ 1.648 o valor líquido de realização, remanescendo um saldo de R\$ 64.261. **(c) Reservas de lucros: i. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituído em 31 de dezembro de 2023, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 54 sendo que o valor total, nesta data, totaliza R\$ 18.634. **ii. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. O Conselho de Administração deliberou e aprovou os créditos de juros sobre capital próprio com base nos lucros acumulados em 12 de dezembro de 2023, no total de R\$ 24.700. O saldo remanescente de R\$ 126.829, destina-se ao reforço do capital de giro. **iii. Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se aos montantes apurados de créditos presumidos de ICMS que foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL, no ano de 2023 o valor foi de R\$ 84.306, sendo constituída reserva de incentivos fiscais no valor R\$ 2.685 devido o lucro apurado ser insuficiente não foi constituída no exercício de 2023 o valor R\$ 81.621, mantendo-se o saldo de R\$ 172.392. A Companhia mantém ação judicial que questiona a obrigatoriedade desta reserva e, caso obtiver êxito, ela poderá ser revertida. **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. Em 2023, em razão da obrigatoriedade da constituição de reservas de incentivos fiscais, não houve distribuição de dividendos. O Conselho de Administração, na data de 12 de dezembro de 2023 (Ata nº 326) deliberou e aprovou o crédito de juros sobre capital próprio. De acordo com a Lei nº 9.249/95, em 2023, a Companhia calculou e creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 24.700, sendo que o valor líquido de IRRF foi de R\$ 20.995, contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, aos quais não foram imputados aos dividendos.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta resultado acumulados no patrimônio líquido.

### 19. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Venda mercado interno	1.294.255	1.327.229
Venda mercado externo	933.390	855.709
	<b>2.227.645</b>	<b>2.182.938</b>
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(217.695)	(214.934)
Devoluções e abatimentos	(69.713)	(35.323)
Ajuste a valor presente	(14.254)	(13.499)
	<b>1.925.983</b>	<b>1.919.182</b>

### 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Classificação por natureza	2023	2022
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	1.348.406	1.451.341
Pessoal	166.832	156.411
Logística	157.581	136.619
Serviços de terceiros	65.813	57.799
Marketing e propaganda	6.202	43.539
Depreciações e amortizações	40.439	36.539
Encargos trabalhistas	33.382	32.306
Energia	25.738	23.886
Manutenção	23.070	21.668
Comissões	17.862	17.852
Benefícios a colaboradores	12.938	11.551
Seguros	7.548	5.504
Outras despesas	21.498	20.701
	<b>1.927.309</b>	<b>2.015.716</b>
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	1.711.652	1.800.021
Vendas	186.014	190.411
Administrativas e gerais	29.643	25.284
	<b>1.927.309</b>	<b>2.015.716</b>

### 21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Receitas	2023	2022
Ajuste valor justo de propriedade para investimentos	–	5.000
Créditos extemporâneo de tributos	10.550	3.102
Créditos não reclamados	778	1.282
Venda de sucatas	807	821
Indenizações de seguros	248	198
Outras receitas	768	840
	<b>13.151</b>	<b>11.243</b>
Despesas		
Despesas tributárias	(3.650)	(3.776)
Provisões para contingências	(1.679)	(463)
Indenizações	(5.683)	(753)
	<b>(11.012)</b>	<b>(4.992)</b>
	<b>2.139</b>	<b>6.251</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Receitas financeiras	2023	2022
Juros ativos	5.787	6.066
Ajuste a valor presente ativo	14.437	13.199
Variações cambiais ativas	10.906	13.567
Outros	1.031	902
	<b>32.161</b>	<b>33.734</b>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(49.345)	(36.618)
Ajuste a valor presente passivo	(29.108)	(26.554)
Variações cambiais passivas	(9.555)	(12.721)
Outros	(1.790)	(1.395)
	<b>(89.798)</b>	<b>(77.288)</b>
	<b>(57.637)</b>	<b>(43.554)</b>

### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições consideradas de primeira linha. A Administração avaliou em 31 de dezembro de 2023 as duplicatas vencidas, perdas históricas e análise individual da situação financeira do devedor e considerou necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber no montante de R\$ 871 (vide nota explicativa 7). Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	55.512	46.225
Contas a receber	246.556	245.144
	<b>302.068</b>	<b>291.369</b>

**Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possui liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. **Risco de preços de insumos e matérias-primas:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente de preços de grãos. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Administração gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores e está atenta aos movimentos de mercado para efetuar compras nas melhores condições. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Administração busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estão assim representados:



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de taxa variável	2023	2022
Aplicações financeiras	40.528	26.357
Empréstimos e financiamentos	402.132	366.389

**Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

**Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia foram contratadas, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.

### 24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, segundo a avaliação de consultores de seguros da Companhia.

Ramo de Seguro	Importâncias seguradas
Patrimonial	540.297
Veículos (Danos Materiais/Danos Corporais)	135.875
Responsabilidade civil	60.000
Garantias	1.329
	<b>737.501</b>

### Conselho de Administração

**Valdecir Pamplona**  
Presidente

**Elvio de Oliveira Flores**  
Vice-Presidente

**Edina Pamplona**  
Conselheira

**Osmar Peters**  
Conselheiro

**Guilherme de Borba Pamplona**  
Conselheiro

**Marcelo Lima Tonini**  
Conselheiro

**Wagner Augusto Illitch Bauer**  
Conselheiro

### Diretoria Executiva

**Irani Pamplona Peters**  
Diretora Presidente

**Ronaldo Kobarg Müller**  
Diretor Vice-Presidente

**Sérgio Luiz de Souza**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Adilor Ascari Bussolo**  
Diretor Industrial

**Valdecir Pamplona Junior**  
Diretor de Expansão e Novos Negócios

**Edival Justen**  
Diretor de Suprimentos e Fomento

**Cleiton Pamplona Peters**  
Diretor Comercial Mercado Interno

**Maria Daurete Pamplona Rizzi**  
Diretora de Logística

### Contador

**Élvis Justen** - CRC - SC - 028194/O-3





CARNE SUÍNA  
TEM SOBRENOME



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.  
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Pamplona 75 anos.*  
**Uma história de sabor**

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

**Pamplona Alimentos S.A.** Rio do Sul - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pamplona Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Reconhecimento de receita de vendas

Conforme descrito na Nota 19, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receitas de contrato com cliente no montante de R\$1.294.255 mil, o processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 3.14.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos da Companhia, (ii) testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para corroborar do lançamento do reconhecimento de receita, (iii) testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas, e (iv) testes específicos com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para estorno de receita, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de contrato com cliente, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

### Ênfase - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de março de 2023, com uma opinião sem modificação.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 19 de março de 2024.



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SC-000048/F

**Cleverson Luis Lescowicz**  
Contador CRC-SC027535/O



## Unidades

### Unidades Industriais

#### Matriz

Rod. BR-470, nº 13891, KM 150 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC  
Telefone: (47) 3531-3131  
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590  
[www.pamplona.com.br](http://www.pamplona.com.br)

#### Filiais

##### Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro  
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

##### Chapecó - SC

Rod. SC 283, KM 8, Sala 302, 3º pavimento Bairro Interior  
CEP 89.801-300 - Chapecó - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0038-70 - CCICMS-SC. Nº 260.352.993

##### Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras  
CEP 89170-000 - Laurentino - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

### Casas de Carne

#### Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, nº 13891, KM 150, Sala 01 - Bairro Pamplona  
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

#### Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João  
CEP 88305-101 - Itajaí - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

### Filiais de Distribuição

#### Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus  
CEP 88508-190 - Lages - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

#### Camboriú - SC

Rod. BR 101, KM 131, Galpão C4 C5 e C6 - Bairro Varzea do Ranchinho  
CEP 88349-175 - Camboriú - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0039-51 - CCICMS-SC. Nº 260.468.614

#### São José dos Pinhais - PR

Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo  
CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR  
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

#### Apucarana - PR

Rod. BR-376, S/N, KM 252 Bloco A Sala 04 - Bairro Parque Industrial Zona Oeste II  
CEP 86800-762 - Apucarana - PR  
CNPJ Nº 85.782.878/0041-76 - CCICMS-PR. Nº 90891260-85

#### Ribeirão Preto - SP

Rua Franca, 2020, - Sala 02 - Bairro Vila Elisa  
CEP 14.075-490 - Ribeirão Preto - SP  
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 797.530.831.118

#### Jandira - SP

Rua Arthemio Dionizio da Costa, nº 220 - Condomínio Polo Industrial Jandira II - Bairro Jardim Alvorada  
CEP 06612-280 - Jandira - SP  
CNPJ Nº 85.782.878/0045-08 - CCICMS-SP. Nº 398.217.247.115

#### Portão - RS

Rua Julio de Castilho, nº 1777 - Bairro Portão Velho  
CEP 93180-000 - Portão - RS  
CNPJ Nº 85.782.878/0036-09 - CCICMS-RS. Nº 213/0045507

#### Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro  
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ  
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

#### Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Paraíso  
CEP 37560-060 - Pouso Alegre - MG  
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

#### Simões Filho - BA

Via Urbana, s/nº - Sala 06 Quadra 01 - Lote 16 a 46 - KM 3,5  
Centro Industrial de Aracatu - Bairro Cia Sul  
CEP 43700-000 - Simões Filho - BA  
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

#### Fortaleza - CE

Rua Marlene Farias Filgueiras, nº 2200, Sala M - Bairro Pedras  
CEP 60874-430 - Fortaleza - CE  
CNPJ Nº 85.782.878/0044-19 - CCICMS-CE. Nº 07.040965-0

### Filiais de Agropecuária

#### Rio do Sul - SC

##### Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, nº 915 - Bairro Valada CEP 89169-899 - Rio do Sul - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

#### Laurentino - SC

##### Granja Amoadó

Comunidade Baixo Amoadó, nº 524  
Baixo Amoadó, CEP 89170-000 - Laurentino - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

#### Laurentino - SC

##### Fomento

Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras  
CEP 89170-000 - Laurentino - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

#### Trombudo Central - SC

##### Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa  
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

#### Trombudo Central - SC

##### Granja Pouso da Caixa Creche

Localidade de Pouso da Caixa, S/Nº - Unidade II  
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

#### Rio do Oeste - SC

##### Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos  
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

#### Rio do Oeste - SC

##### Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes  
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

#### Ituporanga - SC

##### Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo  
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870

#### Pouso Redondo - SC

##### Granja Ribeirão Vassouras

Estrada Geral, s/nº - Bairro Ribeirão Vassouras  
CEP 89172-000 - Pouso Redondo - SC  
CNPJ Nº 85.782.878/0042-57 - CCICMS-SC. Nº 261.164.007



**Pamplona**

**75** anos

**ESPECIALISTA EM CARNE SUÍNA**

**PAMPLONA ALIMENTOS S.A.**

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona  
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina  
Telefone: (47) 3531-3131